

APRESENTAÇÃO

O número dois da Revista Filosofando reúne estudos de discentes que produzem e problematizam a tarefa de filosofar como gente grande e com abordagens que contemplam a universalidade da filosofia, favorecendo e permitindo ao leitor uma variedade de reflexão e de temas filosóficos que perpassam pela liberdade, decisão, ética, amor, ontonegatividade, política, a escrita, o amor e a educação. Faz parte ainda deste número a segunda parte da tradução exclusiva de Paul Ricouer, intitulada *A investigação filosófica pode acabar?*, realizada pelos professores Roberto Lauxen e Jasson Martins, bem como duas resenhas realizadas por Glauber Leal e Jandir Silva dos Santos, intituladas respectivamente *Introdução ao estudo do método de Marx*, de José Paulo Netto, e *Ontologia (Hermenêutica da facticidade)*, de Heidegger.

Pensar, produzir e submeter à crítica o próprio pensamento requer maturidade e abertura, ato fundamental para quem se envereda nos caminhos nem sempre plainos e regulares daquele (a) que se perde nos labirintos dos conceitos, dos sistemas, das teorias puras para encontrar-se com o solo, com as contradições, com a areia movediça da qual é tecida a verdade do saber inconcluso e variável, porque assim é a pessoa que é capaz de construí-lo. Afinal, como seria possível o homem enquanto ser incompleto, ambíguo e inconcluso produzir teses e teorias acabadas e definitivas? Não é este o maior contrassenso que os filósofos profissionais ainda não compreenderam? Ou não querem compreender!

Na excelente conferência de Paul Ricouer, traduzida pelos professores Jasson Martins e Roberto Lauxem, é possível constatar nossa preocupação e nossa indagação com os rumos e encaminhamentos da filosofia em um mundo marcado pelo consumo, pelo cosmético e pelo sensacionalismo. É quase proibido pensar o pensamento no contexto do imediatismo e é por isso que o filósofo francês com bom otimismo tende a afirmar que a filosofia se torne cada vez mais rara num mundo que seria inteiramente fascinado pelo êxito da técnica, pela alternância entre o trabalho e o lazer não desapareça. Ele não acredita que a filosofia como questionamento radical desapareça dentre os homens. Ela pode deixar de ser um fenômeno academicamente significativo! Porém, numa sociedade marcada pelo

controle e pelo ajustamento social das subjetividades subjetivadas em uma homogeneidade escrota e serviçal, a radicalidade do pensar corre realmente muito perigo. Nossa contribuição é que esse espaço possa contribuir para que os estudantes tenham um lugar, um porto seguro para exercitar a crítica e não se submeterem a esse controle tão facilmente, exercitado dentro e fora da academia.

O artigo que abre o segundo número da Revista Filosofando é intitulado *ontonegatividade da politicidade: crítica às limitações da política no desenvolvimento da omnilateralidade*, de autoria de Bruno Gonçalves da Paixão, e tem como objetivo discutir as limitações da política no desenvolvimento da omnilateralidade, a partir da “Ontonegatividade da Politicidade”, categoria cunhada por José Chasin com base na crítica radical do filósofo alemão, Karl Marx, em relação à política. Para Marx, a política está ligada a relação de dominação do homem pelo homem, ou seja, inscrita historicamente com o surgimento da propriedade privada e a sociedade de classes. Tema pertinente e extremamente atual diante da conjuntura que estamos vivendo-assistindo de tanta resignação e passividade, enquanto o rolo compressor dos donos dos meios de produção vai ceifando milhares de vidas diariamente com a conivência dos poderes constituídos. Como superar a dominação do homem pelo homem? De que forma os cursos de Licenciatura das Ciências Humanas e das Ciências Sociais mais do que pensar e produzir dissertações de mestrado e teses de doutorado podem contribuir significativamente para alterar esse panorama que nega em substância a condição humana e a razão de ser da própria universidade?

Roberto Sávio Rosa e Milene Fontes de Menezes Bispo problematizam a condição humana no interior da ambiguidade e da contradição que são inerentes à experiência humana, no artigo *O mito de Sísifo: A decisão de viver ou suprimir a vida*. Sendo a contradição da existência humana o assunto mais inquietante, o qual atravessa séculos de estudos tanto filosóficos quanto religiosos, a presente discussão contempla uma das novas áreas da filosofia ética, a bioética, ao mesmo tempo que recupera no sentido kierkegaardiano uma das questões fundamentais e fundantes da filosofia: o sentido de viver e morrer. Durante o período das duas grandes guerras e suas consequências pós-conflitos, refletiram na humanidade a angústia, a dor, o desespero e o medo, proporcionando mudanças dramáticas nas gerações que vivenciaram tais horrores.

Camus, incorporado ao espetáculo da vida, conhece a ambiguidade da existência humana. Presencia a desumanidade e o holocausto das duas grandes guerras. Ao escrever, o filósofo romancista envolve-se com a ética e com a moral, disserta acerca do “absurdo” e da “revolta”. É um amante da vida, mesmo ciente de suas contradições. A temática é extremamente atual porque problematiza o silêncio e a invisibilidade diante das condições que negam a vida e fazem do exercício filosófico uma questão puramente técnica e instrumental. Afinal, como permanecer em silêncio diante da negação da existência? Como se nega a existência por tão pouco? Não é esse silenciamento uma das causas mais concretas da barbárie diante do mal absoluto? E esse mal absoluto não se materializa em nosso agora existencial em formas de totalitarismos disfarçados em pseudo-democracia?

A existência como requisito para a existência: revisitado, de autoria de Jaquissom Aguiar Guimarães a partir do diálogo com Kierkegaard, articula existência, comunicação e linguagem como escritura da constituição do próprio existir. A linguagem confundida como comunicação, cumpre um papel de vilão enquanto excesso de tagarelice, de conversa fiada, de inautenticidade denunciados abundantemente por Heidegger, em *Ser e Tempo*, *Serenidade*, e em Kierkegaard, nas obras *A Doença Mortal*, *O Instante* e na *Dialética da Comunicação ético e ético-religioso*. Nossa época é a época da desonestidade em que através da comunicação os homens esqueceram o que efetivamente significa existir e vivem um eterno baile de máscaras.

Para desconstruir é preciso vontade da subjetividade singular, segundo Anildo de Souza Silva, autor de *A vontade de sobrevivência segundo Nietzsche: condição necessária para a racionalidade e o autoconhecimento do homem*. O artigo evoca um olhar de águia e convida o leitor a problematizar outra perspectiva para a perspectiva (a redundância é necessária!) do pensar nietzschiano, pois tudo que é ambíguo e profundo não pode ser compreendido na superfície. Nesse sentido, a razão deve adquirir outra valoração, haja vista a racionalidade, a partir de Nietzsche, será compreendida não como aquilo que é o mais precioso no humano, mas sim como uma espécie de artefato tardio de algo ainda mais primitivo, mais originário, a saber: a vontade de sobrevivência.

Segundo Anildo, Nietzsche procurará vislumbrar alguns aspectos

anteriores à racionalidade e que foram determinantes para a formação do humano. Assim, a vontade de poder ser (ou “vontade de potência”) será entendida como uma força imanente que entremeia e edita tudo o que existe, ou seja, todas as coisas possuem uma – por assim dizer – vontade de impor a sua permanência individual na existência; por exemplo, uma árvore possui a “vontade” de continuar existindo, isto é, não há nela – ou em qualquer outra coisa existente (pelo menos, àquelas que não padeçam de alguma patologia) – o desejo de autodestruição. Dessa forma, a partir dessa interpretação “cosmológica” da vontade de poder, Nietzsche compreende que a mesma engendra nos seres vivos – e isso obviamente inclui o homem – a vontade de sobrevivência, isto é, todo ser vivente possui a vontade de estender a sua presença na vida, de continuar prolongado o seu viver ao máximo de tempo possível. Assim sendo, conseqüentemente, haverá a aparição da afirmação da vida também por parte do ser humano.

Amor. Este é o título do artigo de Ingrid Mirtes Marinho. Sem adjetivação, sem complementação, simplesmente amor. A autora oferece ao leitor várias tentativas de definir o que pede para não ser definido, mas vivenciado, transbordado, oferecido. As contribuições de Edgar Morin, Kierkegaard, Vinicius de Moraes, Renato Mezan, Emil Cioran, Renato Janine Ribeiro são algumas das evocações que a autora dialoga para abordar o amor. Amor erótico, amor ético, amor sexual. Qual a essência do amor? Por que o amor pode ser a melhor e a pior das ilusões? De que amor Mirtes sangra? Possivelmente o amor de Don Juan, amor que não é amor, porque não é capaz de doar-se abnegadamente. Por outro lado, o amor de abnegação não constitui a maior das utopias e irrealizações no cenário atual?

O amor ama amar. Essa é a natureza do amor. Para que ele se concretize é necessário que o jogo amoroso seja realizado, portanto, há que ocorrer deslocamento de cada subjetividade envolvida no ato amoroso. Pautada em Santo Agostinho, a autora afirma que somos amantes antes de nos encontrarmos com o objeto de nosso amor, o que significa que amar implica agir e não contemplar, que implica concretizar um ato muito mais do que admirar e extasiar. É esse deslocamento que distingue o amor platônico, que se satisfaz com a contemplação do objeto amado, do amor propriamente dito, que implica assumir o risco para realizar o estabelecido no *Cântico dos Cânticos*.

Patricia Silva Souto Maior, em seu artigo *Kierkegaard e Freire: A prática da subjetividade em conjunção com a ética*, pondera a bifurcação que se encontra a educação e provoca o leitor a assumir uma postura, pois por um lado a educação é a atividade responsável por desvelar os meios possíveis para o aprimoramento do ser humano, é um processo de desenvolvimento, e por outro, a educação pode servir como um dispositivo de domesticação, como se vê no método de transferência de conhecimentos, baseado e justificado através da lógica de dominação.

Segundo a autora a educação uma ação prática que se insere em uma realidade ética, pois o existente só se efetiva caso use a sua liberdade em comunhão com a ética que lhe é inerente. Contemporaneamente, seja pela crise de valores que a sociedade encara, seja para conferir *status* a certos discursos, muito vem se falando acerca dessa temática. A palavra “ética” é comumente usada em nosso vocabulário, mas o que ela é quer dizer? Seria a ética um fim a ser alcançado através da ponderação acerca do que é justo? Seria a ética o respeito pelos hábitos e costumes? Ou algo útil para o bom funcionamento social? Enfim, várias são as posturas no que diz respeito ao estudo da ética.

Em *Ética da mentira*, as autoras Pábula Novaes de Oliveira e Priscila Lins de Amorim, a partir de leituras de Nietzsche, Platão e Maquiavel, convida o leitor a refletir se existe realmente uma mentira que seja ética. Existe uma mentira necessária? A mentira pode legitimar o bem comum? Será que tanto a verdade quanto a mentira possuem o mesmo valor na sociedade, que ambas podem ser construídas e demolidas por intermédio da argumentação e manipulação de seus elementos constituintes? A interpretação das autoras é que se o que acreditamos que seja mentira pode, em algumas hipóteses, ser verdade, ou então que a mentira, em determinadas situações, pode trazer melhores consequências para o homem do que a verdade, então pode ser possível encontramos uma ética na mentira. Ainda, segundo Pábula e Priscila, como o conceito de ambas é pessoal, o que realmente conta é a motivação que antecede o fato em sua essência, sendo este que vai dar à mentira um caráter bom ou ruim.

O artigo é provocador e crítico, pois apresenta ao leitor duas posições inconciliáveis ao longo do pensamento ocidental em relação à problemática Ética da mentira. De um lado, os que consideram o ato de mentir inadmissível em toda e

qualquer circunstância (Santo Agostinho e Kant são casos clássicos), do outro, os que consideram mentir um ato desonroso, mas admitem haver exceções nas quais a mentira é eticamente justificável (Platão e Benjamin Constant são os mais destacados defensores desse raciocínio).

Sinara Leite Queiroz, em seu artigo denominado *Uma retrospectiva da concepção de justiça tendo como referência a República de Platão*, presenteia o leitor com uma discussão atualíssima sobre o sentido e significado de justiça na sociedade e ao mesmo tempo o lugar que a categoria de justiça ocupa no cenário filosófico. A partir de Platão a justiça assume o primeiro posto nas questões filosóficas com a dimensão de não transformar a reflexão filosófica em puro diletantismo e jogo de erudição. Segundo Sinara, *A República* é a narrativa que procura investigar a justiça, o seu fio condutor. A sua maior prioridade é a construção da cidade justa, do estado perfeito. Por isso, há uma absoluta necessidade da justiça para a ordem do indivíduo e da cidade; ela deverá guiar a cidade e sempre estar presente, pois a virtude é o fundamento último, a norma para “*A República*” de Platão. O que é a justiça da cidade justa? É a harmonia entre a estrutura social e política. Por isso Platão se preocupa quanto à harmonia. A cidade justa de Platão não seria justa apenas: ela cuidaria de elementos que pudessem dispersar nessa cidade, no caso da injustiça, teria uma espécie de proteção, de cuidado para que não acontecesse com frequência certas injustiças. O que seria, então, a cidade perfeitamente justa para Platão? Seria o lugar em que os cidadãos iriam usufruir do bem-estar, dada a uma adequação entre a cidade justa e cidadãos justos, a cidade que reinaria, enfim, a justiça.

Liberdade: O indivíduo e o livre-arbítrio é o título do artigo de Zacarias Pires Pereira o qual aborda a questão da liberdade humana na prática do livre-arbítrio como ponto de partida para a afirmação da identidade. As proposições levantadas pelo autor partem do conceito de livre-arbítrio em Santo Agostinho e a questão da liberdade analisada por alguns autores como Marilena Chauí, Michel Malherbe, Paulo César e Gerson Bartelli. O livre-arbítrio será visto como a manifestação da liberdade humana, sendo tal liberdade uma das mais expressivas formas de manifestação da racionalidade. A razão será apresentada como um meio de expressão da liberdade e o seu bom ou mau uso é o que fará a diferença quanto na prática das ações de cada indivíduo. O autor estabelece ao longo do artigo a

distinção entre o que compreende por livre-arbítrio e liberdade, e oferece ao leitor material para refletir sobre o conteúdo da distinção no interior das práticas morais, diante de si mesmo, diante do outro homem, diante da própria racionalidade e diante do Criador.

